

PROBLEMÁTICAS NAS FAZENDAS DE PISCICULTURA NO NORDESTE PARAENSE ATRAVÉS DE VISITAS TÉCNICAS

Luciana de Sousa Matos¹; Mayara da Costa Pereira¹; Jhones de Lima Vieira¹; Murillo
D'Almeida Couto de Azevedo¹

¹ Graduanda (o) em Engenharia de Pesca, Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Belém, Pará, Brasil, E-mail: luciana.matos14@gmail.com;

RESUMO: Os estudos desenvolvidos através de visita técnica que ocorreu nas fazendas de piscicultura no nordeste paraense em 20 a 23 de maio de 2014, sendo visitadas 4 fazendas. As visitas técnicas objetivaram-se a verificação “*in loco*” da situação de quatro empreendimentos no que diz respeito à engenharia aplicada em cada fazenda, drenagem e abastecimento de água, sistema de cultivo e identificação os principais problemas que são enfrentados pelos proprietários, observando a realidade dos empreendimentos visitados de piscicultura no nordeste do Pará. Para dar início a aquicultura é praxe que o interessado possua a licença ambiental, a ser requerida junto ao órgão ambiental competente (no caso do Pará a Secretária de Estado de Meio Ambiente – SEMA), no estado em que se localiza a atividade. Por conta das inúmeras dificuldades relacionadas ao licenciamento ambiental, pouco são os aquicultores instalados, que alcançaram a produção aquícola de maneira legal. Isto é, muitos atuam na ilegalidade. Caso este registrado nas visitas técnicas em Castanhal, Igarapé – Açú e Tomé-Açú, nenhuma das fazendas visitadas possuem o registro de aquicultor que os autoriza a criação de organismos aquáticos em cativeiro, neste caso peixes. Com essa licença os mesmos poderiam alcançar a legalidade e requerer a licença ambiental do empreendimento, com o consentimento de um órgão Federal, o MPA. As construções aquícolas de cultivos estavam em sua maioria com problemas estruturais, logo constatou que não havia sido projetada por engenheiros, e um empreendedor ainda relatou que seu pai havia feito os viveiros sem ajuda de maquinários, apenas com enxada, pá e um carro de mão. Com falta de um planejamento os viveiros em todas as fazendas não tinham declividade, em duas fazendas não tinham formas definidas, assim prejudicando o manejo, apenas uma fazenda oferecia um galpão de ração, nas outras a ração era armazenada de forma indevida sendo observada presença de fungos, insetos e outras pragas (ratos), sendo uma problemática grave, pois um dos maiores custos na criação de peixe é com a ração, e a complementação da alimentação em algumas fazendas é através de cevada e tripa de galinha, não sendo indicado. Quando o abastecimento e drenagem, a maioria tinha no abastecimento filtros para impedir que espécies forrageiras prejudiquem seu cultivo, e a drenagem, não havia uma bacia de

decantação em nenhuma fazenda, sendo assim poluição de efluente um crime ambiental. As espécies criada em todos os empreendimentos foi o tambaqui, sendo encontrada a Tilápia, espécie proibida em cultivo aberto, por ser uma espécie exótica, sendo relatado por todos os produtores que já levaram uma advertência quanto a criação de tilápia, e muitos ainda relatam que secam os viveiros, realizam a calagem, enchem de novo e ainda encontram tilápia, de acordo com CONAMA a espécie podia ser cultivada mas deveria ter uma certificação que a espécie não entraria no meio natural, invadindo o espaço das espécies nativas. O conhecimento adquirido na prática de campo relacionada à piscicultura foi de grande importância, pois desse modo foi possível analisar de forma qualitativa e quantitativa os parâmetros considerados. Portanto é possível dizer que ainda faltam muitas etapas para que a aquicultura do estado do Pará seja equivalente a aquicultura de outros estados brasileiros. Os empreendimentos visitados estão distantes dos da região Sul e Sudeste do nosso País, tanto em localização dos polos tecnológicos como: fábrica de ração, mão de obra e laboratório de alevinagens, quanto no conhecimento prévio sobre criação de peixe. Em relação a legalidade, praticamente a maioria em nosso estado encontra-se em situações ilegais, pois a falta de fiscalização torna a área aquícola mais vulnerável a inadimplência com as documentações exigidas pelos órgãos competentes, tanto em escalas federais, estaduais e municipais. O manejo inadequado torna os empreendimentos deste gênero no Estado do Pará uns dos mais fracassado do País, com produções em escalas baixas, mesmos tendo a maior quantidade de recurso hídrico a nível mundial. A falta de políticas públicas que incentivem a criação de pescado em cativeiro com manejo correto. Então as problemáticas descritas no nordeste paraense se dar pela falta de assistencialismo, por empreendedores não investirem na engenharia para melhoria do cultivo, por serem legalizados.

Palavras chaves: realidade, piscicultura, problemas, engenharia